

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO – a sociedade e o indivíduo¹

Suemy Yukizaki

A concepção de sujeito – com todas as implicações que decorrem dela e das quais somos herdeiros seguindo a tradição filosófica do Ocidente – tem sido, ainda hoje, no campo das ciências humanas e sociais, alvo de controvérsias.

Quando se trata da educação, a concepção de sujeito parece se destacar quase que naturalmente, pois não se pode pensar a educação sem aqueles que são seus agentes sociais, os educadores, que assumem, neste caso, na perspectiva corrente¹, o lugar dos sujeitos do processo educativo.

No entanto, essa concepção trazendo, como seu correlato, a concepção de objeto, leva-nos a inferir que, no caso da ação educativa, são os educandos, os alunos, os objetos da ação dos sujeitos-educadores.

Estabelecendo-se, assim, os dois pólos da relação educativa – educadores e educandos - trata-se, agora, de perguntar pela natureza do que é passado de uns para outros.

Em um âmbito mais abrangente, para além dos limites restritos da educação formal, observa-se que a ação educativa acontece no contexto de um processo de socialização, que se inicia com o nascimento do indivíduo. Assim, o conteúdo da ação educativa, nesse âmbito, se constitui de orientações a serem dadas às crianças, sob a forma de normas, regras, comportamentos, atitudes, etc., para que estas se incorporem à vida social.

Embora tenha sido escrito há muitos anos, e seja, portanto, tributário do contexto sócio-cultural do tempo e do lugar de seus autores, ainda considero o texto de Peter e Brigitte Berger (*Socialização: como ser um membro da sociedade*) um texto bastante adequado para tratar do tema da socialização, e bastante oportuno para inserir a questão da subjetividade.

Sendo professora da disciplina Sociologia da Educação, dada aos alunos dos primeiros períodos da licenciatura, é com o texto dos Berger que inauguro o tratamento da temática.

O texto inicia-se com a menção aos componentes não-sociais da experiência da criança, incentivando o leitor a um retorno ao passado, à infância, e estimulando nele a lembrança das primeiras e originárias sensações, como, por exemplo, a sensação do calor e do frio, da luz e da escuridão.

Em seguida, lembra que, se existem essas dimensões da experiência, existem outras que incluem o contato da criança com as demais pessoas de seu núcleo familiar, e que essas dimensões constituem os componentes sociais da experiência infantil.

Uma vez estabelecida a distinção entre os componentes não-sociais e sociais da experiência, os autores tratam, então, de introduzir uma articulação, mostrando, num exemplo, que a sensação de conforto ou desconforto físico experimentada pela criança pode resultar da ação ou da omissão das outras pessoas, o que é o caso da fome, que só pode ser aplacada pela iniciativa de outrem.

Sob o ponto de vista de um observador externo, percebe-se que o texto pretende, já em suas páginas iniciais, insistir na compreensão da importância da sociedade frente ao indivíduo, o que pode ser verificado no exemplo acima, em que se destaca que os padrões alimentares das pessoas do núcleo familiar da criança são impostos a ela, de modo que “o que acaba acontecendo é que a criança não apenas é alimentada em horas determinadas, mas também sente fome nessas horas”. (Berger, 1990: 201)

¹ Publicado o livro: *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. LIBANEO, J.C.& SANTOS, Akiko (orgs). Campinas,SP: Alínea, 2005.

Sendo assim, em seu desdobramento, o texto introduz o termo microcosmo ao associá-lo às relações mais próximas que a criança estabelece com seus familiares, articulando-o ao macrocosmo, termo associado à sociedade mais ampla. O argumento utilizado, então, é que os padrões alimentares impostos à criança não representam uma decisão individual da mãe, mas expressam um padrão bem mais abrangente que predomina na sociedade em que esta vive.

Nesse sentido, a socialização é definida como sendo a imposição de padrões sociais à conduta individual, no bojo de um processo em que o indivíduo aprende, desde o nascimento, a ser um membro da sociedade.

Nesse processo, sob o ponto de vista da criança, os padrões sociais impostos são tomados como sendo absolutos, o que, como diz o texto, não é absolutamente verdadeiro, pois esses padrões dependem também das particularidades relativas aos adultos que convivem com a criança e, ainda, dos diversos grupamentos sociais a que eles pertencem.

No entanto, também diz o texto que é altamente desejável que a criança, de fato, experimente os padrões impostos como se fossem absolutos, pois, do contrário, se a criança tivesse conhecimento da relatividade dos padrões sociais, poder-se-ia supor que ela ficaria perturbada e não saberia que orientações seguir, comprometendo, assim, o processo de socialização.

Em seguida, os autores mostram como o mundo exterior à criança se transforma em seu mundo, ou seja, como ocorre a incorporação pela criança dos padrões a ela impostos, de modo que aqueles padrões passam a ser seus próprios padrões.

O meio privilegiado por intermédio do qual esse processo se realiza é a linguagem, cuja aquisição possibilita à criança reter e transmitir determinados significados socialmente estabelecidos, e a se estender além da situação imediata em que se encontra em direção a situações mais generalizadas; em outras palavras, através da linguagem, a criança desenvolve sua capacidade de compreensão, indo do pensamento concreto para o pensamento abstrato.

Nesse contexto, dizem os autores, a socialização é levada adiante por meio de um processo de interação e de identificação com os outros, em que “a criança não só aprende a reconhecer certa atitude em outra pessoa e a compreender seu sentido, mas também aprende a tomá-la ela mesma”. (Berger, 1990: 207)

Assim, nessa etapa da socialização, a criança aprende a reconhecer certas atitudes em pessoas próximas – *os outros significativos* – compreendendo suas razões, mas aprende também a toma ela mesma essas atitudes, identificando uma entidade mais abrangente que conforma essas orientações – a sociedade, ou *o outro generalizado*, na expressão de George Mead (citado pelos autores).

Desse modo, essa etapa da socialização, quando bem sucedida, pode ser identificada na expressão lingüística da criança; no exemplo dos autores, ao invés de “Mamãe não quer que eu me suje”, a criança passa a dizer: “A gente não deve se sujar”.

A esta altura, para aqueles que são familiarizados com o tema da socialização, torna-se claro que o ponto de vista de Peter e Brigitte Berger é, evidentemente, tributário das formulações de Émile Durkheim sobre educação: “a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social”, tendo por finalidade “suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine”. (Durkheim, 1955: 32)

Para Durkheim, cuja perspectiva em educação é considerada funcionalista uma vez que tem como preocupação a manutenção e a integridade da vida social, não se

pode interpretar a primazia das necessidades sociais sobre o homem como se a sociedade exercesse sobre este insuportável tirania, pois seu argumento é de que, sem a sociedade, o homem estaria entregue a seus instintos mais primários, e que é, de fato, a sociedade que realiza o caráter de humanidade no próprio homem, pois é ela que o obriga a considerar outros interesses que não os seus, que subordina os objetivos individuais a outros mais elevados.

De modo similar, para Peter e Brigitte Berger, não se pode tomar o processo de socialização apenas pelo seu aspecto “policialesco” – visto como uma série de controles externos apoiados por um sistema de recompensas e castigos – mas deve-se tomá-lo também, e principalmente, como “parte essencial do processo de humanização integral e plena realização do potencial do indivíduo”. (Berger, 1990: 205)

De qualquer forma, na disciplina Sociologia da Educação, sob minha orientação, o texto dos Berger precede o de Durkheim, pela possibilidade de se trabalhar o tema da subjetividade associado ao processo de socialização para além de sua associação com o processo educativo/educacional.

De que modo, então, o tema da subjetividade é introduzido quando estamos tratando do processo de socialização a partir do texto dos Berger?

A questão que coloco para os alunos é a seguinte: se o processo de socialização trabalha no sentido de nos conformar aos padrões sociais, como é possível a mudança social? Como é possível, mantendo-se invariável o lugar – por exemplo, o espaço territorial brasileiro – que a sociedade brasileira se transforme ao longo do tempo? E aí relembro alguns usos e costumes contemporâneos que seriam inimagináveis há alguns anos em nosso próprio meio social, para reforçar a pertinência da questão.

Inicialmente, a questão, para os alunos, parece fora de propósito. Afinal, se viemos trabalhando, todo o tempo, para que eles se dessem conta do imenso poder que a sociedade representa diante do indivíduo, de modo que eles se convencessem disso, como é que, agora, aparece uma ruptura nesse encadeamento lógico?

Evidentemente, ao colocar essa questão para a turma, a professora tem em mente prepará-los para compreender e analisar posteriormente, na própria disciplina, a perspectiva crítico-reprodutivista em educação, representada por Louis Althusser, e a perspectiva política de Antonio Gramsci, para quem a educação pode se constituir em atividade que visa a hegemonia no campo das idéias como uma preparação para a tomada do poder (e, ainda, para a sua própria posterior manutenção).

Diante da surpresa e do silêncio que se segue à questão, alguns alunos afirmam e confirmam a índole criativa e inovadora da sua geração, ou das gerações mais novas, sem fazer menção ao processo de socialização.

Estimulados a reconhecer ou, se for o caso, a não reconhecer aquele processo, outros reconhecem, como também reconhecem a força inovadora da juventude, mas não sabem explicar de que modo ambos se articulam.

Nesse ponto, parece que encontro aqui um dos princípios a serem considerados por uma pedagogia que se quer crítica, emancipatória – mencionado por Libâneo em artigo deste livro - que sustenta a dialética entre o individual e o coletivo, uma vez que as necessidades individuais e as necessidades sociais não são absolutamente excludentes entre si. Encontro, ainda, o tema das relações de poder que se expressam como forma de controle dos processos sociais – tema reputado por Libâneo, no mesmo artigo, como um tema emergente das teorias educacionais contemporâneas.

Concordando com aquele autor, também compreendo que o enfrentamento dos dilemas e a incorporação dos temas que insistem em permanecer na pauta pedagógica se constituem em desafio que deve ser assumido pelos educadores, qualquer que seja o nível ou o âmbito em que atuem.

No caso em questão, exceção feita a alguns alunos que, colocados diante do dilema, mostram uma posição conservadora e se abrigam sob a proteção dos padrões sociais, alijando a capacidade inovadora do indivíduo, os demais parecem reconhecer a existência tanto de uns quanto da outra.

Este é um momento que julgo ser da maior importância no desenvolvimento da disciplina, pois há um reconhecimento, pelos alunos, da legitimidade de duas instâncias que parecem se contrapor: a sociedade e o indivíduo.

O que apresento, a seguir, é uma outra questão, cuja resposta visa encaminhar a solução da questão anterior: na situação do indivíduo, da criança mais especificamente, que “cai” no mundo, em um mundo já constituído, seria possível uma outra trajetória que não passasse pelo processo de socialização, que não passasse pelo contato com os adultos e com as suas orientações?

A resposta é, obviamente, não. No entanto, por mais constrangedor que seja o processo, ele não consegue garantir que todos aqueles que se submetem a ele sejam idênticos entre si, nem inteiramente idênticos aos demais membros da sociedade que lhes antecedem.

Por outro lado, hoje, esses que se submetem ao processo de socialização, amanhã, submeterão seus descendentes ao mesmo processo, pois este faz parte da vida social.

Sendo assim, introduz-se, aqui, a noção de complementaridade entre sociedade e indivíduo, encaminhando a solução da questão anteriormente formulada.

Do ponto de vista epistemológico, a experiência que acabo de relatar exemplifica o processo de reconceitualização do conhecimento, mencionado no artigo de Vasconcelos, Santos e Santos neste mesmo livro.

Compartilhando com as autoras o entendimento de que a incorporação de novos princípios, elaborados em outras áreas do conhecimento, concorre para uma nova compreensão de como se constrói o conhecimento, apresento, a seguir, os momentos em que aqueles princípios se concretizaram no desenvolvimento da disciplina Sociologia da Educação, que teve como objeto de estudo privilegiado o processo de socialização.

Quando se mostrou que, em determinada etapa do processo de socialização, a criança consegue perceber que o mundo não se restringe à existência dos outros significativos – seus familiares mais próximos – mas que se estende a outros grupamentos sociais muito mais amplos e, em extensão, muito mais abrangente – o outro generalizado ou a sociedade, exemplificou-se essa passagem com uma mudança em sua expressão lingüística; ao invés de a criança assim se expressar: “Mamãe não quer que eu me suje”, ela passa a dizer: “A gente não deve se sujar”. Parece-me que, aqui, tomando-se o processo de conhecimento, tal como o que a criança realiza nessa passagem, se, antes, a parte (a criança) está dentro do todo (a sociedade representada pela mãe) – inclusão expressa na frase “Mamãe não quer que eu me suje”, mais tarde se verifica que o todo (a sociedade) passou a ser incorporado pela parte (pela criança) – inclusão expressa na frase “A gente não deve se sujar”. Princípio holográfico.

O princípio da incerteza parece-me exemplificado na incapacidade de se garantir pelo processo de socialização que os indivíduos socializados ajam, de forma absoluta, de conformidade com o que lhes foi transmitido.

Finalmente, o princípio da autopoiese parece-me traduzido na capacidade que os indivíduos mostram de se re-organizarem (em outras palavras: de se auto-construírem), ainda que submetidos, todo o tempo, ao processo de socialização.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERGER, Peter e BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza (Org.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Trad. Prof. Lourenço Filho. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ed. Atica, 1997. (Artigo: A natureza do trabalho pedagógico, p.29-37)

ⁱ Digo na perspectiva corrente, porque reconheço a perspectiva de Vitor Paro (1997), para quem são os alunos os verdadeiros sujeitos do processo educativo, pois sem a anuência e, principalmente, sem o envolvimento destes não se pode levar a efeito a ação educativa.